

## COMITESINOS

### ATA Nº 01/01- Reunião Ordinária

001 Aos oito dias do mês de fevereiro de ano de 2001, o COMITESINOS reuniu-se  
002 ordinariamente, às 14horas, na sala do Pós I, na UNISINOS, São Leopoldo/RS, em  
003 atendimento ao seu Regimento Interno, para tratar dos assuntos estabelecidos na pauta,  
004 quais foram: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Processo eleitoral de renovação  
005 da composição do Comitê; 3) Parecer da Comissão de Avaliação da Contabilidade; 4)  
006 manifestação da Gerdau sobre a denúncia do Greenpeace; 5) EIA-RIMA –  
007 UTE/Canoas/REFAP; 6) Assuntos Gerais. O presidente do COMITESINOS, eng. Paulo  
008 Renato Paim abriu os trabalhos informando sobre a necessidade de transferir-se o  
009 encaminhamento do primeiro assunto - aprovação da ata da reunião, para a próxima  
010 reunião, por problemas operacionais no sistema de informatização da UNISINOS.  
011 Também, sobre a transferência do quarto assunto da pauta – manifestação da Gerdau ,  
012 para uma outra oportunidade, diante de uma solicitação formulada pela própria empresa.  
013 Em seguida, anunciou o segundo tema - o processo de renovação das entidades membros  
014 do Comitê, repassando a condução dos trabalhos para a Comissão Eleitoral que  
015 distribuiu documento contendo esclarecimentos sobre a importância da renovação e sobre  
016 as regras de encaminhamento a serem adotadas. Conforme o pronunciamento de  
017 integrantes da Comissão, formada pelos representantes do SEMAE/SL (Emílio Roberto  
018 Wild), da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale dos Sinos (Jorge Alberto  
019 Albrecht Filho), da Secretaria da Saúde (Salzano José Barreto de Oliveira), do  
020 Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente Márcio  
021 Freitas) e da Secretaria Executiva (Viviane Nabinger), todos os procedimentos de  
022 competência do Comitê já tinham sido cumpridos, em consonância com o cronograma  
023 físico elaborado, faltando apenas a publicação do Edital Público de chamamento das  
024 entidades interessadas em disputar as vagas. Como essa era uma iniciativa de  
025 responsabilidade da Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos do Estado, a  
026 ação da Comissão e da própria Direção se daria no sentido de pressionar o Estado para  
027 acelerar o processo, na expectativa de que a eleição das novas entidades ocorresse ainda  
028 em março, por uma questão semântica já que março havia sido o mês de instituição do  
029 COMITESINOS e estabelecido, no regimento interno do Comitê, como o mês de  
030 renovação das suas entidades, a cada dois anos. Prestadas as informações e  
031 esclarecimentos o Presidente solicitou que um dos membros da Comissão de Avaliação da  
032 Contabilidade apresentasse o parecer formulado a partir da análise dos livros de  
033 registros e procedimentos de prestação de contas elaborados pela Secretaria Executiva.  
034 Neri Chilanti, representante da COMUSA/NH, nomeou os demais integrantes da  
035 Comissão - Lúcia Trein, representante da Câmara Municipal de Estância Velha, José Luiz  
036 Garcias, da PM de São Leopoldo, Alexandre Bogner, da ACI/NH, Sandro Adriani  
037 Camargo, do SEMAE/SL e Emílio Roberto Wild, representado a Direção do Comitê -  
038 informando que o procedimento de verificação dos livros de registros e documentação  
039 comprobatória das despesas efetuadas tinha sido efetuado em reunião específica,  
040 realizada no dia 07 de fevereiro. Conforme Néri, os registros estavam organizados e a  
041 documentação, completa, com comprovantes, recibos, notas fiscais, documentos fiscais e  
042 demais certificados e certidões, em dia. Foram verificados o livro caixa, os  
043 demonstrativos bancários e as prestações de contas apresentadas às Prefeituras  
044 Municipais e demais instituições que prestavam auxílio financeiro ao Comitê. Ao  
045 concluir, Néri ainda informou que a Comissão emitira parecer aprovando a contabilidade

046 do COMITESINOS, referente ao período 1999-2000, com a recomendação de que o  
047 plenário se manifestasse favoravelmente à posição da Comissão. O Presidente submeteu o  
048 parecer ao plenário e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Antes de dar início ao  
049 próximo tema, Paim sugeriu que fossem apresentados os assuntos de ordem geral,  
050 reservando todo o restante da reunião para a apresentação e discussão sobre o processo  
051 de licenciamento da termoelétrica, em Canoas. O plenário concordou com a sugestão e  
052 foi informado que o Fórum Gaúcho de Comitês tinha eleito nova coordenação, passando  
053 o mesmo a ser conduzido no próximo ano pelo Comitê do Lago Guaíba, presidente pelo  
054 eng.º Luiz Antônio Timm Grassi, representante da ABES/RS, naquele Comitê. Paim  
055 também prestou esclarecimentos sobre a realização do III Encontro Nacional de Comitês  
056 de Bacias e do Fórum Nacional, previsto para o mês de junho, em Belo Horizonte.  
057 Segundo as informações prestadas, a comissão de organização estava trabalhando na  
058 estrutura do evento de forma a estabelecer a máxima participação dos Comitês instituídos  
059 e, ao mesmo tempo, definir uma pauta não muito pesada. Para tanto, seis grandes temas  
060 tinham sido sugeridos para o encontro, dos quais três seriam selecionados, a partir de um  
061 processo de consulta e seleção feitas pelos próprios Comitês. A iniciativa também  
062 serviria para mobilizar e articular os integrantes de Comitês para a participação no  
063 encontro. Segundo Paim, a preocupação do colegiado coordenador do Fórum Nacional  
064 quanto à realização do III Encontro estava na questão financeira, pois o Estado de Minas  
065 Gerais não havia assegurado, até então, os apoios e patrocinadores. Mesmo  
066 reconhecendo que esta questão deveria ser resolvida internamente por aquele Estado, o  
067 COMITESINOS era o Comitê coordenador do Fórum Nacional e responderia, até a  
068 mudança na coordenação, pela realização do evento. Dada a situação posta, havia sido  
069 marcada uma audiência com o Presidente da ANA, para tratar deste assunto e como a  
070 presença do coordenador do Fórum Nacional era indispensável, Paim aproveitaria a  
071 oportunidade para discutir assuntos de interesse do próprio COMITESINOS. Um deles,  
072 sobre os recursos que estavam sendo anunciados pela ANA para a aplicação em esgoto  
073 sanitário. Apesar do Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas não ter  
074 sido oficialmente lançado, as informações obtidas demonstravam a possibilidade da  
075 Bacia Sinos ser contemplada. Isto porque o COMITESINOS era um dos alvos da ANA,  
076 pois tinha treze anos de existência, era reconhecido nacionalmente, estava organizado e  
077 estruturado e contava com três empresas de saneamento atuando na área da bacia, todas  
078 elas entidades membro do Comitê. Paim considerou fundamental que tomássemos  
079 algumas medidas para sairmos na frente dos demais Comitês que também estavam sendo  
080 visados, como o CEIVAP e o Jaguaribe, já tentando conversar e organizar a articulação  
081 com as prefeituras da região e com as empresas SEMAE, COMUSA e CORSAN. Este  
082 procedimento também nos resguardaria de uma abordagem da ANA onde estivéssemos  
083 despreparados. Segundo a abordagem feita por Paim, qualquer ação do COMITESINOS  
084 deveria estar em perfeita sintonia com o Sistema Estadual de Recursos Hídricos,  
085 mantendo coerência com os princípios e fundamentos da lei gaúcha das águas, mas nada  
086 poderia impedir o Comitê de contar com o apoio dos órgãos federais se estes elegessem a  
087 Bacia Sinos e o próprio Comitê como alvos de uma ação setorial, vinculada à gestão de  
088 recursos hídricos. Mesmo reconhecendo que a montagem do Sistema gaúcho estava em  
089 fase de construção, ou seja, avançando em alguns aspectos, a sociedade da bacia Sinos  
090 não poderia abrir mão de iniciativas pragmáticas como as que estavam sendo anunciadas  
091 e aguardar, paralisada, por investimentos estruturadores como os da área do esgotamento  
092 sanitário. Arno Lenadro Kayser, representante do Movimento Roessler questionou sobre  
093 o estágio de evolução do processo de revisão da composição do Conselho de Recursos  
094 Hídricos, considerando que o Conselho Estadual do Meio Ambiente havia sugerido tal  
095 revisão. Paim informou que a reformulação se daria por decreto e deveria seguir a lógica  
096 do próprio Sistema Estadual de Recursos Hídricos onde todo o poder deve ser assegurado

097 aos Comitês. Arno, em nova intervenção, demonstrou preocupação quanto às vagas de  
098 representação, normalmente ocupadas, nos grandes Conselhos, por entidades com sede  
099 em Porto Alegre. Paim concluiu o assunto informando que, em algumas oportunidades, o  
100 secretário Langoni, Presidente do CRH, havia manifestado intenção de discutir o assunto  
101 com os Comitês de Bacia e a expectativa do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacia era a de  
102 que o assunto fosse efetivamente conduzido dessa forma. Concluído os assuntos de ordem  
103 geral, o Presidente anunciou o último tema da pauta esclarecendo que a apresentação  
104 sobre a instalação da usina termoelétrica em Canoas, pela Petrobrás, era uma das  
105 iniciativas voltadas à construção de um processo no qual os estudos de impacto passavam  
106 a ser tratados no nível da bacia hidrográfica, sem a implicação do Comitê emitir parecer  
107 técnico. Os grandes eventos, especialmente os que consomem água, têm a ver com as  
108 discussões de um Comitê. Um dos passos iniciais já tinha sido dado, em outra  
109 oportunidade, quando a Gerdau havia ampliado seu parque industrial, em Sapucaia do  
110 Sul. No momento, a discussão tinha o caráter pedagógico de entender-se como um  
111 Comitê pode participar de um estudo de impacto, qual o seu papel. Segundo Paim, não se  
112 tem experiência, alguma situação já acompanhada que definisse o que cabe a um Comitê  
113 além de criar o espaço para a apresentação das informações à comunidade onde o  
114 empreendimento será instalado e sua repercussão, seus impactos e sugestões quanto à  
115 aplicação das medidas compensatórias. Esta é a responsabilidade política do Comitê, é o  
116 que nos compete pela política estadual das águas. A responsabilidade técnica é da  
117 FEPAM. A questão mais ampla é entender se as discussões que serão oportunizadas  
118 apontarão novos procedimentos, vieses até então não percebidos. Segundo Paim, em  
119 relação à UTE/Canoas a CPA do COMITESINOS já havia realizado uma primeira  
120 reunião com os agentes diretamente ligados ao empreendimento: técnicos da FEPAM,  
121 representantes da PETROBRÁS e o coordenador do processo de licenciamento, eng. Nei  
122 Maldonado com o propósito de definir uma linha de apresentação que viesse ao encontro  
123 das expectativas anteriormente apontadas. As questões de ordem mais técnicas poderiam  
124 ser apresentadas em uma outra oportunidade, não obrigatoriamente em reunião do  
125 plenário. Levando em conta esta orientação, Paim colocou a palavra à disposição eng.  
126 Nei Maldonado fez, inicialmente, considerações sobre a intenção da empresa de ampliar  
127 a disponibilidade de energia não só para a região, mas para todo o Estado, considerando  
128 que, atualmente, 60% da energia que é consumida está sendo importada. Em relação ao  
129 processo de licenciamento e a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental, considerou  
130 que a urgência em discutir o assunto com o Comitê se devia ao cumprimento do prazo  
131 regimental e pela importância de informar a sociedade sobre a dimensão do complexo  
132 que seria implantado no âmbito da REFAP. Também, porque a implantação da UET  
133 Canoas é parte do Plano de emergência de geração termelétrica com previsão de  
134 operação em parcial para o verão 2001/2002. Segundo Nei, as usinas de gás natural em  
135 ciclo combinado são consideradas ambientalmente menos impactantes ao meio ambiente  
136 e a UTE consumirá como combustível gás natural proveniente da Argentina e da Bolívia.  
137 Para o abastecimento de água para geração de vapor e resfriamento poderá ser utilizada  
138 a estrutura e dutos da REFAP junto ao rio dos Sinos. O local de descarga da água de  
139 arrefecimento poderá ser o arroio Sapucaia. A seguir, foram apresentadas as informações  
140 técnicas do empreendimento como características gerais, consumo de água, efluentes  
141 líquidos, efluentes aéreos. Também, as vantagens para a região com a implantação do  
142 sistema. Ainda, foi divulgado o resultado da pesquisa realizada junto à população e foi  
143 citada a consulta feita ao COMITESINOS. Neste particular, a Secretária Executiva, arq.  
144 Viviane Nabinger esclareceu que, de fato, havia sido apresentado, no dia 09 de novembro,  
145 um questionário para que o Comitê se manifestasse até o dia 15 do mesmo mês e o mesmo  
146 havia sido respondido imediatamente, não na ordem e com o conteúdo desejado pelo  
147 interessado. Isso, por dois motivos. Primeiro, porque a direção do Comitê entende que

148 quem deve se posicionar ou responder a este tipo de questionário, é o plenário, as  
149 categorias que o compõem, num processo que preveja, inclusive, a consulta dos atores  
150 que integram categoria por categoria. O Sistema gaúcho das águas diz isto. O segundo  
151 motivo, porque a primeira questão abordada fazia referência sobre o grau de informação  
152 sobre o empreendimento, ao que fora respondido que o COMITESINOS, o colegiado, não  
153 recebera as informações mínimas necessárias para qualquer manifestação. As questões  
154 subsequentes, todas elas, prejudicavam um conhecimento não existente e solicitavam  
155 opinião do tipo “em relação a realização deste empreendimento, o Sr(a) é: muito  
156 favorável, favorável, indiferente, etc”. Portanto, não havia qualquer possibilidade de  
157 considerar como realizada a consulta ao COMITESINOS e sim, a intenção de fazê-la. Por  
158 último, Viviane registrou que as solicitações apresentadas na busca de promover o  
159 esclarecimento e o repasse de informações aos integrantes do Comitê não haviam sido  
160 atendidas. Após a apresentação das informações técnicas, que consumiram grande parte  
161 do tempo acordado na CPA, foram abertos os debates, prejudicados pelo cumprimento  
162 regimental de duração das reuniões do plenário. Mesmo assim, algumas questões ficaram  
163 para ser definidas ou reorientadas como a interface do licenciamento ambiental, de  
164 responsabilidade da FEPAM, com a outorga pelo uso da água, de responsabilidade do  
165 DRH. Também, o COMITESINOS marcou sua posição de buscar garantir que as medidas  
166 compensatórias pelos danos ambientais deveriam ser aplicadas na própria bacia  
167 hidrográfica do rio dos Sinos. Neste aspecto, foi registrado que a empresa responsável  
168 pelo licenciamento havia recebido indicação documentada, mesmo que não oficial, sobre  
169 alternativas de áreas a serem preservadas na área de nascentes da bacia Sinos.  
170 São Leopoldo, 13 de setembro de 2001.

171

172 Viviane Nabinger  
173 Secretária Executiva

Paulo Renato Paim  
Presidente

